

A EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA A PERIFERIA DO CAPITALISMO

Para compreender as ideologias que transtornam a educação da América Latina, da África e de parte da Ásia, é preciso examinar os encaminhamentos do Banco Mundial, o “ministério mundial da educação” dos países periféricos. Assim, é importante nos perguntarmos duas coisas: o que pretende o Banco Mundial ao determinar as diretrizes da política educacional dos países periféricos? O que faz e como faz o Banco para determinar essas diretrizes?

São essas perguntas que levam o Prof. Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil), retomar alguns aspectos da história do Banco que, de uma agência voltada para a reconstrução europeia transformou-se, como cita Noam Chomsky, num dos principais “Senhores do Mundo”. Igualmente, é necessário examinar o contexto econômico e ideológico que motiva as reformas do ensino, com destaque para a ideologia da Globalização.

Na década de 1960, o vice-presidente do Banco, Robert Gardner, afirmou: “nós não podemos emprestar para educação e saúde. Nós somos um banco!” Assim, como compreender que o Banco tenha se transformado para além de uma agência financeira, no verdadeiro ministério mundial da educação?

Para isso, Leher explica que é preciso compreender que o processo de descolonização e o fortalecimento do “Movimento dos Países Não-Alinhados”, exigiu mudanças na política externa norte-americana diante das exigências da Guerra Fria. O crescente sentimento anti-Estados Unidos é visto como uma ameaça à supremacia desse país, colocando em risco os objetivos estratégicos do estabelecimento econômico e político do capitalismo. Para Leher: “é com Robert S. McNamara, que deixa o Departamento de Defesa dos EUA para presidir o Banco Mundial (1968-1981) que esse quadro começa a mudar. Diante de um contexto em rápida transformação — um quarto da população mundial recentemente havia se revoltado contra o colonialismo e obtido a independência — McNamara reafirmou, em 1972, o propósito de “resguardar a estabilidade do mundo ocidental”. Nesse período, o Banco

tornou-se o maior captador mundial não soberano de recursos financeiros e desde então a ênfase no problema da pobreza fez a educação sobressair entre as prioridades dessa instituição.

Nos documentos mais recentes do Banco e nos pronunciamentos de seus dirigentes, é visível a recorrência à questão da pobreza e do temor quanto à segurança. Ou seja, a pobreza pode gerar um clima desfavorável para os negócios.

Da origem do Banco aos dias atuais promoveu-se a mudança das estratégias organizacionais importantes, ampliando seu corpo técnico, transformando-se no maior centro mundial de informações a respeito do desenvolvimento. Com base nessas informações, o organismo passou a ter maior controle sobre os países tomadores de empréstimos. Para isso, modificou o escopo dos projetos, ampliando-os para programas muito mais complexos e abrangentes, incidindo sobre setores vastos como a educação, tornando mais rígidas as condicionalidades. Os programas inicialmente atenderam diretamente às populações possivelmente sensíveis ao “comunismo”, por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle da natalidade, ao mesmo tempo em que promove mudanças



estruturais na economia desses países, como a transposição da “revolução verde” para o chamado Terceiro Mundo.

A análise do modo como o Banco encaminha as suas novas diretrizes ajuda a compreender como essa instituição obtém a capacidade de definir a direção das políticas dos países periféricos. A sua influência contribuiu para impedir que muitos países em processo de descolonização passassem para a esfera de influência soviética.

Na década de 1970, a instituição considerava o financiamento às escolas primárias e secundárias de formação geral um contrassenso, defendendo o ensino técnico e profissional, modalidades tidas como mais adequadas às necessidades (presumidas) dos países em desenvolvimento. Na virada neoliberal da década de 1980, a orientação educacional do Banco sofreu uma inflexão em direção ao ensino elementar. Desde o final dessa década uma forte prioridade é conferida ao ensino fundamental “minimalista” e

à formação profissional “aligeirada”. A educação é radicalmente modificada, os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apoloéticas ao capital e o debate educacional é pautado, em grande parte, pelos “homens de negócios” e pelos “estrategistas políticos”.

Na década de 1990 o então editoralista da revista Fortune, Thomas A. Stewart, explica que a “Era do mercado” ou a “Globalização”, sustentada pelo Banco Mundial, é muito representativa do pensamento sistematizado pelo Consenso de Washington. Nesta “nova era do capitalismo, o principal capital é o intelectual” e, por isso, a educação, na condição de capital, tornou-se assunto dos gestores da economia e não mais dos educadores. Nessa versão renovada da teoria do capital humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo: “é a empresa que deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar”. A empresa precisa “utilizar de maneira eficiente o cérebro de seus funcionários”, que, por isso, devem ser depositários de conhecimento útil para o capital.

O Banco Mundial é uma instituição financeira que faz investimentos. Para as ideologias dominantes, o melhor antídoto para os males decorrentes do desemprego é a educação elementar e a formação profissional. Isso explica, em grande parte, as diretrizes antiuniversitárias do Banco Mundial. Desse modo, o ideal democrático de universalização do ensino é reduzido à oferta do nível primário. Os níveis de ensino seguintes deverão ser dimensionados seletivamente. Para tanto, são sugeridas estratégias ao setor público, como a cobrança de taxas escolares, a descentralização administrativa e a transferência gradativa dos serviços educacionais para o setor privado.

Para o Banco Mundial a educação e o trabalho nos países subdesenvolvidos são condizentes com o modo como essas nações estão inseridas na economia mundial, de forma subordinada e periférica. A educação requerida por uma economia nesses moldes, é pouco qualificada.

Referências:

C. Caufield. *Masters of illusion: the World Bank and the poverty of nations*. Nova York: Henry Holt, 1996.

Roberto Leher. *Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Revista Outubro, n.3, novembro 2014.

Reinaldo Marchesi
Mestre em Educação (PQLP/CAPES)
email: reinaldomarchesi@hotmail.com

Bibliotecas de Turma: incentivo à leitura nas salas de aula timorenses

Nos dias 21, 22 e 23 de maio, aconteceu no INFORDEPE (Instituto Nacional de Formação de Profissionais da Educação) a formação de professores timorenses do Ensino Básico e Secundário para implementação do projeto das Bibliotecas de Turma em escolas de todo o país. O projeto é uma tentativa de incentivar a leitura — e, mais especificamente, a leitura em língua portuguesa — nas crianças e jovens, despertando neles o prazer de ler e de buscar conhecimento por meio de textos escritos.

A biblioteca consiste, na realidade, de uma pasta-dossiê contendo vinte textos diferentes, de vários gêneros e oriundos de várias nacionalidades. Os textos contidos na pasta desempenham o papel de livros em uma biblioteca: a cada semana, o professor realiza uma sessão de dinamização de um desses textos em sala de aula, discutindo as ideias e possibilidades de interpretação. Depois, distribuem-se os textos da pasta entre os alunos, que levam

sempre um texto novo para casa e devem devolvê-lo na semana seguinte. O objetivo é que, ao fim do ano letivo, os alunos já tenham lido todos os textos da pasta, que também já deverão ter sido discutidos em sala.

Os textos selecionados para essa atividade são curtos, com no máximo duas páginas cada. A ideia é que, no futuro, a pasta-dossiê seja substituída por uma caixa com diversos livros que deverão circular entre os alunos, como em uma biblioteca. Por enquanto, utilizam-se as fotocópias de textos devido, principalmente, à escassez de recursos, e também à pouca familiarização dos alunos com a leitura em língua portuguesa. Pretende-se que eles tomem gosto e interesse pela leitura e, aos poucos, passem a ler textos maiores e livros completos.

O projeto das Bibliotecas de Turma é uma iniciativa do INFORDEPE que se iniciou em 2013, e já contou com a colaboração de professores das cooperações brasileira e portuguesa. Este ano, fo-

ram professores da Cooperação Brasileira (PQLP/CAPES) que trabalharam junto com os formadores timorenses na seleção de textos e aprimoramento do projeto.

A FORMAÇÃO

Foram três dias de atividade em turno integral, em que os formadores (Profa. Augusta da Costa, Profa. Esperança do Carmo Barreto, Prof. Manuel Gomes de Araújo, Profa. Maria Luísa de Araújo Corte-Real e Prof. Virgílio de Araújo) apresentaram aos professores a proposta, discutiram textos e métodos para a prática em sala de aula. Participaram da formação um total de 131 professores (101 do Terceiro Ciclo do Ensino Básico e 30 do Ensino Secundário), de quase todos os distritos. Infelizmente, os professores de Oecusse que também deveriam participar da formação não conseguiram chegar a Díli devido a um problema ocorrido com o transporte. Os formadores mostraram-se satisfeitos com a participação dos professores e esperançosos quanto ao sucesso da implementação do projeto nas escolas.